



SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

EDITAL Nº 7/2026/PREVIC

Processo nº 44011.003593/2025-79

PREGÃO ELETRÔNICO: 90003/2026

CONTRATANTE: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC (UASG 333005)

OBJETO: Contratação tem por objeto a aquisição de soluções de software para gerenciamento de servidores físicos e virtuais e ferramenta de Business Intelligence (BI)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 155.874,88 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 01/07/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

Sumário

[1. DO OBJETO](#)

[2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

[3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)

[4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)

[5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)

[6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)

[8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)

[9. DO TERMO DE CONTRATO](#)

[10. DOS RECURSOS](#)

[11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

[12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)

[13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44011.003593/2025-79)

Torna-se público que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Coordenação-Geral de Patrimônio e Logística – CGPL/DIRAD, sediada no Setor Comercial Norte – SCN, quadra 6, conjunto A, ed. Venâncio 3.000 (Shopping ID), Asa Norte, CEP nº 70.716-900, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de soluções de software para contratação tem por objeto a aquisição de soluções de software para gerenciamento de servidores físicos e virtuais e ferramenta de Business Intelligence (BI), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob

supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º

14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos

licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições

nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será

de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos

do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para

tanto.

6.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.21.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.21.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.21.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.21.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.21.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.21.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.21.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025

6.22.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
 - 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
 - 7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 7.8.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 7.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 [duas] horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido

por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 [sete] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 7 [sete] dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
 - b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 [cinco] dias úteis; ou
 - c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 [cinco] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.previc.gov.br e por meio do e-mail previc.licitacao@previc.gov.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante

o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. apresentar proposta ~~ou amostra~~ em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 3% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail previc.licitacao@previc.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço no Setor Comercial Norte – SCN, quadra 6, conjunto A, ed. Venâncio 3.000 (Shopping ID), Asa Norte, CEP nº 70.716-900, Brasília/DF, Coordenação-Geral de Patrimônio e Logística – CGPL/DIRAD.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.previc.gov.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar 19/2025 (0873015);

13.11.2. ANEXO II – Termo de Referência 44/2025 (0918499);

13.11.2.1. Anexo I - Modelo de proposta comercial (0855810)

13.11.2.2. Anexo II - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (0855815);

13.11.2.3. Anexo III - Termo de Ciência (0855819);

13.11.2.4. Anexo IV - Modelo de Ordem de Serviço (0855807);

- 13.11.2.5. Anexo V - Termo de Recebimento Provisório (0855851);
13.11.2.6. Anexo VI - Termo de Recebimento Definitivo (0855854);
13.11.3. ANEXO III - Minuta de Contrato (0923543);



Documento assinado eletronicamente por **NILTON RICARDO GUIMARAES SOARES CUNHA**, Analista Técnico Executivo, em 16/06/2026, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.previc.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0944253** e o código CRC **1445EF09**.

COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMONIO E LOGISTICA

Estudo Técnico Preliminar 19/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 44011.003593/2025-79

2. Descrição da necessidade

Para garantir o cumprimento da missão institucional da PREVIC, diversos softwares são utilizados para atividades de várias naturezas. Identificou-se três necessidades (documentos SEI: 0813529, 0813555, 0813455) que foram consolidados no Documento de Formalização da Demanda 37/2025, e que conforme entendimento poderão ser supridas por soluções de software, sendo elas:

2.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

A Previc atualmente enfrenta desafios na gestão centralizada de sua infraestrutura de servidores físicos e virtuais, com processos manuais que aumentam a complexidade operacional, o tempo de resposta a incidentes e a probabilidade de erros humanos. A ausência de uma ferramenta integrada limita a capacidade de monitoramento em tempo real, configuração padronizada e automação de tarefas críticas, impactando a eficiência dos serviços de TI. Desta forma, é imprescindível o uso de uma ferramenta para o orquestramento das máquinas virtuais (Virtual Machines - VM) nos clusters (agrupamento) de servidores físicos da autarquia.

2.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A PREVIC está desenvolvendo o projeto EVA PREVIC, no qual será disponibilizado um painel de informações analíticas. EVA é acrônimo de “Estruturação, Visualização e Análise de Dados” e objetiva reunir em um mesmo ambiente informações provenientes de diversas fontes de dados, internas e externas, e disponibilizá-las por meio de painéis virtuais. Para tanto, é necessária a aquisição de uma ferramenta de Business Intelligence (BI). A medida visa ampliar a maturidade analítica da instituição, garantindo confiabilidade, segurança da informação, e transparência no cumprimento de sua missão ao permitir que a sociedade possa visualizar e analisar os dados do setor de previdência fechada.

2.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de aplicações internas da Previc. Entre as demandas existente, está a construção de um Datawarehouse (DW) que receberá dados de diversas fontes. Antes desta estrutura ser preenchida com os dados, é necessário o processo conhecimento como ETL (Extração, Transformação e Carregamento), e para tanto, faz-se necessário o uso de ferramentas específicas que se comuniquem com o SGBD padrão adotado pela Previc, o SQL Server.

Este documento foi elaborado em conformidade com as determinações da Lei nº 14.133/2021, da IN SGD/ME nº 94 /2022 e da IN SEGES nº 58/2022, contemplando todos os requisitos legais e normativos aplicáveis à contratação de tecnologia da informação na Administração Pública Federal.

2.4. Alinhamentos PCA

Os objetos deste estudo estão previsto no Plano de Contratações Anual 2025/2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: **07290290000102-0-000001/2025.**
- II) Data de publicação no PNCP: **16/05/2024**

III) Id do item no PCA: **25 - (Gerenciamento de servidores físicos e virtuais - R\$ 456.321,60), 26 - (Ferramenta de Business Intelligence (BI) - R\$ 13.798,08), 27 - (Ferramenta de desenvolvimento (IDE) - R\$ 156.179,25).**

IV) Classe/Grupo: **182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;**

V) Identificador da Futura Contratação: **333005-64/2025.**

ALINHAMENTO AO PCA

ID	Ação do PCA
37/2025	DFD - Contratação de licenças de software

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	James Taylor Farias Chaves

4. Necessidades de Negócio

4.1 Necessidades de negócio de cada objeto de estudo

Para cada objeto deste estudo, apresentamos as necessidades básicas correlacionadas ao negócio:

4.1.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

- Garantir o correto gerenciamento dos servidores físicos e virtuais (Virtual Machine - VM), que sustentam todos os sistemas da autarquia.

4.1.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

- Realizar análises inteligentes nas diversas bases de dados;
- Fornecer subsídios de informação para a autarquia, em especial para as atividades de fiscalização, licenciamento e normatização;
- Prover a criação, manutenção e publicação de painéis interativos (dashboards);
- Disponibilizar os painéis ao público em geral.

4.1.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

- Garantir que os dados obtidos de diversas fontes sejam tratados antes de alimentar uma base de dados que será objeto de análises, a fim de proporcionar precisão e segurança nas decisões;
- Automatizar o processo de ETL.

4.2. Alinhamento ao plano estratégico

Ademais, essas necessidades encontram alinhamento com o Plano Estratégico 2025-2030, conforme perspectivas e escopo básico:

Perspectiva: Processos Finalísticos
F2. Desenvolver “ecossistema Previc” de sistemas de supervisão

Escopo Básico:

- Supervisão em Tempo Real: dashboard que integre as ações fiscais e se conecte com dashboards das EFPC;

- Conexão direta entre entidades e Previc especificamente para alimentação do dashboard de cada plano;
- Estrutura e Sistemas Inteligentes de Apoio à Supervisão.

Perspectiva: Desenvolvimento Organizacional

D5. Sustentar a crescente dependência e complexidade em TI

Escopo Básico:

- Planejar e implementar melhorias de infraestrutura;
- Implantar sistema compatível com os níveis de serviço e riscos aceitáveis;
- Automação e melhoria de sistemas estruturantes;

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

ID Objetivos Estratégicos - Plano Estratégico Institucional 2025-2030

O1 Fortalecer a infraestrutura de TI

O3 Aumento da capacidade de entregas e manutenção de sistemas

4.3. Previsão no PDTI

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2023-2026

ID Ação do PDTIC

68 Contratação Microsoft System Center DC

70 Contratação Solução Microsoft Power BI Pro

67 Microsoft Visual Studio

4.4. Necessidades de capacitação dos usuários da solução

Para as solução cuja a operacionalização seja complexa, pode vir a ser necessário proporcionar o treinamento adequado aos servidores que irão utilizá-las, salvo os casos em que os servidores já dispõem de tais conhecimentos.

4.5. Necessidades de manutenção e suporte

Em se tratando de soluções de software, a manutenção é concretizada por meio de atualizações. Portanto, deverá ser previsto condição para que as atualizações, em especial as de segurança, ocorram durante todo o tempo de vigência das licenças.

Além disso, é desejável que o suporte técnico esteja presente por todo o tempo de vigência do contrato.

4.6. Necessidades temporais

As soluções deverão considerar o tempo de 12 meses a 36 meses, de forma a ser possível extrair o máximo de benefícios por meio de sua utilização. Ao se aproximar do fim do período, deverá ser reavaliado a necessidade de renovação.

4.7. Necessidades segurança e privacidade

Qualquer solução deverá estar alinhada e direcionada ao cumprimento da Portaria PREVIC Nº 295, de 04 de abril de 2023, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (Posin) no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

5. Necessidades Tecnológicas

De forma geral, todas as soluções devem ser capazes de serem executadas em computadores com arquitetura x86-64 (Intel e AMD), visto que este tipo de computador é o adotado por padrão na Previc.

Os computadores de trabalho possuem Sistema Operacional Windows 11 e alguns ainda estão com Windows 10, mas deverão ser atualizados ou substituídos brevemente, sendo que futuramente apenas o Windows 11 será usado em todas as máquinas.

Nos servidores, usa-se o Windows Server 2016 e 2022, sendo que brevemente todos deverão ser atualizados para a versão 2022.

A Previc utiliza o Microsoft Active Directory (AD) que permite o gerenciamento centralizado de usuários, computadores e outros recursos em rede. Ele funciona como um banco de dados que armazena informações sobre os usuários e os recursos da rede, facilitando a autenticação (verificar quem é o utilizador) e a autorização (determinar o que podem aceder). Para licenças que sejam vinculadas à usuários, é requerido a capacidade de gerenciá-las completamente, incluindo a atividade de substituição do usuário autorizado, conforme registro no AD da Previc.

5.1. Necessidades tecnológicas de cada objeto de estudo

São apresentados a seguir as necessidades tecnológicas para cada objeto deste estudo, considerando as suas especificidades.

5.1.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

A solução destina-se ao orquestramento dos servidores físicos da Previc. A infraestrutura está sendo reorganizada para comportar um site de processamento de dados, conforme as características abaixo:

SITE 1

Localização: 3º andar da Previc

Cluster (agrupamento): PREV061PZJZW214

Servidores físicos:

- 4 servidores Lenovo ThinkSystem SR630 V3 Server
- Cada servidor possui 2 processadores Intel Xeon Gold 6530 32C 270W 2.1 GHz.
- Cada processador, por sua vez, possui 32 núcleos físicos.
- Total: 256 núcleos físicos no cluster

Existem atualmente 132 VMs ativas na infraestrutura da Previc, sendo que tais máquinas possuem diversas finalidades. A solução de virtualização atualmente usada é o Microsoft Hyper-V integrada ao Windows Server, portanto é imprescindível que haja compatibilidade neste ambiente.

Nesse cenário, é necessário um software de gerenciamento e orquestração que permita:

- Controlar os recursos físicos e virtuais (CPU, RAM, rede, armazenamento);
- Garantir alta disponibilidade entre os nós dos clusters;
- Possibilitar migração de máquinas virtuais entre servidores;
- Fazer monitoramento, provisionamento e automação.

5.1.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A autarquia realiza consultas e análises em diversas fontes de dados, por exemplo: planilhas eletrônicas, arquivos em csv (Comma-Separated Values), arquivos em XML (Extensible Markup Language), bases internas do SQL Server (sendo este o SGBD oficialmente adotado pela Previc), e eventualmente outros SGBDs como PostgreSQL e MySQL. A forma de conexão pode ser localmente (arquivos ou bases na máquina do usuário), via rede (arquivo ou bases nos servidores internos) ou via nuvem (arquivos ou bases em servidores externos).

Considerando que as fontes de dados nem sempre estão devidamente estruturadas, ou os dados nem sempre estão padronizados, a solução deve ser capaz de prover mecanismos que facilitem a tarefa de limpeza de dados (data cleaning ou data cleansing), que é o processo de identificar, corrigir ou remover erros, dados duplicados e dados irrelevantes em um conjunto de dados bruto para melhorar sua qualidade, sendo esta uma etapa crucial para se obter dados confiáveis para uma análise precisa.

É requerido ainda que a solução seja proeminente na criação de painéis dinâmicos e interativos (dashboards), que reflitam com precisão a situação atualizada dos dados e os relacionamentos existentes.

Deve ser possível compartilhar tais painéis (modo apenas visualização) com o público em geral por meio da Internet, sem necessidade de autenticação de usuário.

A solução deve dispor de mecanismos de segurança para evitar modificações não autorizada dos dados ou dos painéis.

5.1.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

Considerando a demanda apresentada, as principais necessidades tecnológicas da pretensa solução são apresentadas a seguir:

- Desenvolvimento e Design: A criação e modificação de projetos e pacotes SSIS (SQL Server Integration Services), que contêm a lógica completa para extrair dados de várias fontes, transformá-los (limpar, enriquecer, reorganizar) e carregá-los em um ou mais destinos;
- Conectividade: Capacidade de se conectar a diferentes fontes de dados e ao banco de dados SQL Server 2022;
- Debugging Avançado: Ambiente de desenvolvimento que possua ferramentas de depuração (breakpoints, inspeção de variáveis).

5.2. Requisitos de projeto e implementação

Todas as soluções deverão ser capazes de se integrar ao ecossistema de hardware e software atualmente existentes na Previc. É imprescindível que se mantenha a compatibilidade com a infraestrutura já existente.

5.3. Requisitos de garantia e manutenção

As soluções deverão dispor de um tempo de 12 meses a 36 meses de garantia com suporte e/ou manutenção. Soluções cujo final do seu ciclo de vida (end of life) esteja declarado, não deverão ser consideradas.

5.4. Requisitos de capacitação da equipe técnica

Considerando que a solução descrita no item 5.1.1. será operadas por profissionais especialistas nas áreas, pertencentes a empresa atualmente contratada, não se vislumbra necessidade de treinamento adicional para tais itens. Caso necessário, a empresa contratada deverá providenciar treinamento de sua equipe técnica, nos termos do contrato.

As soluções descritas nos itens 5.1.2. e 5.1.3. deverão ser usadas diretamente por servidores desta autarquia, e portanto, o conhecimento a respeito da atual capacidade técnica dos servidores no uso de uma solução projetada deve ser considerada na avaliação.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos Internos Funcionais

Não foram identificados outros requisitos internos funcionais a serem considerados na escolha das soluções em estudo.

6.2. Requisitos Internos Não Funcionais

Todas as soluções devem:

- Ter preferencialmente como idioma o português brasileiro, e caso não seja possível, o idioma inglês, inclusive a documentação / manual de uso;
- Fornecer interface gráfica intuitiva e documentação de fácil compreensão;

6.3. Requisitos Externos

A ferramenta de BI deve ser capaz de exportar os dados que alimentam os painéis em formato que estejam de acordo com a política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

Para os outros itens, não foram identificados requisitos provenientes de fora da autarquia, seja relacionadas a questões regulatórias ou de padronização estabelecidas pelo Governo Federal, que tenham impacto no processo de escolha das soluções em estudo.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para cada objeto presente neste estudo, apresentamos as seguintes estimativas de quantidade e a descrição do método para sua obtenção.

7.2. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

As condições de licenciamento normalmente são atreladas à quantidade de núcleos físicos a serem gerenciados. Conforme demonstrado no item 5.1.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais, o total de 256 núcleos físicos deverão ser licenciados.

7.3. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A solução deve atender apenas algumas coordenações que lidam diretamente com as demandas e projetos que envolvem análise de dados, inteligência de negócios e criação de painéis interativos. Os coordenadores definirão os usuários que farão uso das licenças, havendo a possibilidade de substituição do usuário. Dessa forma, a estimativa é que a solução forneça 8 (oito) licenças, que serão distribuídas a princípio entre as áreas:

- DILIC (Projeto EVA) - 5 LICENÇAS;
- CGTI - 3 LICENÇAS.

7.4. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

No momento essa necessidade está sendo suprida pela ferramenta Microsoft Visual Studio 2015. Há disponível 3 (três) licenças que foram adquiridas no modelo de licenciamento perpétuo (não expiram). No entanto, com o fim do suporte e atualizações de segurança dessa versão, determinada pelo fabricante até 14/10/2025, vislumbrou-se a necessidade de substituir esta solução, conforme DFD 37/2025 e documento SEI (0813455).

Sendo assim, a nova solução deve ser adquirida em quantidade de 3 (três) licenças, visto que objetiva a substituição das licenças atuais.

8. Levantamento de soluções

8.1. Software Público

Em consulta ao Catálogo do Software Público Brasileiro, disponível em <https://softwarepublico.gov.br/social/search/software_infos>, não foram encontrados soluções que satisfaçam nenhuma das necessidades que são objeto deste estudo.

8.2. Levantamento de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública

Para cada item objeto deste estudo, realizamos pesquisas na Internet para identificar quais são as soluções adotadas por outros órgãos e entidades de todos os níveis federativos para sanar as demandas similares às da Previc.

8.2.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

A administração pública brasileira utiliza softwares de gestão de máquinas virtuais, cuja escolha geralmente depende de contratos de licenciamento e da infraestrutura de TI existentes. As plataformas mais recorrentes são as da VMware e Microsoft, que dominam o mercado. Apresentamos a seguir alguns órgãos e entidades suas soluções de gestão de máquinas virtuais (Virtual Machines - VM):

Órgãos e entidades que usam a solução da VMware

- Justiça Federal 2ª Região
Fonte: <https://www.trf2.jus.br/jfrj/contrato/2025/termo-de-contrato-sjrj-no-142024>
- Ministério Público do Estado do Paraná
Fonte: http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=453902&modprp=5&numprp=900092025
- Conselho Nacional do Ministério Público
Fonte: <https://www.cnmp.mp.br/portal/transparencia/contratos/contrato/312>

Órgãos e entidades que usam a solução da Microsoft

- Tribunal Regional Federal da 6ª Região
Fonte: <https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/edital-90059-5-90015-2025>
- Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fonte: https://www.rj.gov.br/proderj/sites/default/files/arquivos-andamento/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Aviso%20Certame_Microsoft_SITE%20SIGA.pdf
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Fonte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregao-eletronico-2/2024/pregao-eletronico-no-90002-2024/1-edital-e-seus-anexos-pe-90002-2024.pdf>

8.2.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

No cenário da administração pública brasileira, a utilização de ferramentas de Business Intelligence (BI) tem se expandido significativamente. A principal motivação é aumentar a transparência, aprimorar a gestão e otimizar a tomada de decisões, tornando os dados governamentais mais acessíveis e compreensíveis para o público e para os próprios gestores.

Muitos órgãos e entidades públicas utilizam o Power BI e o Qlik Sense para apresentar dados de forma visual e interativa. Alguns exemplos notáveis incluem:

- O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possui um portfólio com vários painéis dinâmicos de informações de uso simples e intuitivo, todos em Power BI, que possibilitam o acesso fácil e transparente aos seus principais dados institucionais. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-do-icmbio>
- O Arquivo Nacional (AN) utiliza painéis em Power BI para apresentar dados relacionados à gestão de documentos, contribuindo para a transparência de suas atividades administrativas. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/informes/an-disponibiliza-paineis-em-power-bi-com-dados-da-gestao-de-documentos>

- Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), vinculado ao Ministério da Fazenda lançou novos painéis dinâmicos, desenvolvidos em Power BI, com dados detalhados sobre a quantidade de processos autuados e julgados, o estoque de processos a julgar, o desempenho do colegiado, além dos valores de multas aplicadas e das despesas do Colegiado. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/orgaos-colegiados/crsfn/acesso-a-informacao/noticias/2025/crsfn-publica-paineis-dinamicos-desenvolvidos-em-powerbi>
- O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) utiliza a plataforma de Business Intelligence Qlik Sense para gerenciar e publicar dados em seu Portal da Transparência. Com essa ferramenta, o MPPA consegue transformar informações complexas, como dados sobre contratos, despesas e receitas, em dashboards e relatórios interativos. Disponível em: <https://portaltransparencia.mppa.mp.br/extensions/painel/OrcamentoDetalhamentoDespesas.html>
- O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) utiliza a plataforma de Business Intelligence Qlik Sense para gerenciar e publicar os dados do Painel de Preços. Essa ferramenta permite que o Ministério ofereça uma visualização clara e interativa de milhões de itens adquiridos pela administração pública federal. Disponível em: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais>
- Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA): O MAPA disponibiliza diversos painéis de BI do Qlik Sense em seu portal, fornecendo dados sobre o setor agropecuário. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/produtos-veterinarios/paineis-de-bi-do-mapa>

8.2.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

As ferramentas IDE (Integrated Development Environment) mais comuns na administração pública direta brasileira tendem a seguir a tendência de mercado e a composição da infraestrutura tecnológica existente. Visto que o ambiente Microsoft é amplamente utilizado em vários órgãos, identificamos os seguintes casos de uso do Visual Studio:

- Banco Central do Brasil:
https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/DEMAP1862023/arq01_DEMAP1862023.pdf
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO:
<https://www.gov.br/cgu/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/tipos/pregao/exercicios-antiores/2020-1/pregao-eletronico-no-06-2020/edital-e-anexos-pe-06-2020-licencas-microsoft.pdf>
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo:
<https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/Documento?id=156277>
- Governo do Estado do Rio de Janeiro:
<https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/42498600000171/compras/2025/1542/arquivos/1>
- Ministério Público do Estado da Bahia:
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/licitacoes/2020/pe_47_2020_edital.pdf

8.3. Alternativas do Mercado

8.3.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

O gerenciamento de ambientes de virtualização em larga escala exige ferramentas que centralizem o controle e automatizem tarefas complexas. As principais soluções de gerenciamento de servidores que estão disponíveis no mercado, bom como as suas características mais proeminentes, são as seguintes:

System Center Virtual Machine Manager (SCVMM)

Parte do Microsoft System Center, o SCVMM é uma solução para gerenciar infraestruturas de virtualização baseadas em Hyper-V, VMware e XenServer, além de oferecer integração com o Azure. Principais Características:

- Gerenciamento unificado de datacenters privados e híbridos (nuvem e local);
- Suporte a múltiplos hipervisores: Hyper-V, VMware e XenServer;
- Gerenciamento de rede e armazenamento definidos por software (SDN e SDS);
- Integração com Azure Arc para gerenciamento híbrido e serviços de segurança/monitoramento;
- Conversão de VMs (ex.: VMware para Hyper-V) com alto desempenho;
- Biblioteca de recursos para modelos de VMs, scripts e imagens.

VMware vCenter Server

Componente de gerenciamento centralizado que opera dentro do VMware vSphere, que também inclui o

hipervisor VMware ESXi (para executar as máquinas virtuais). O vCenter tem forte ênfase em automação e segurança. Principais Características:

- Gerenciamento escalável de até 2.000 hosts e 35.000 VMs por instância;
- vSphere Client baseado em HTML5 para administração;
- Recursos de alta disponibilidade (vCenter HA) e recuperação de desastres;
- Autenticação integrada (vCenter Single Sign-On) e gestão de certificados;
- Automação de ciclo de vida com vSphere Lifecycle Manager;
- Suporte a nuvem híbrida com Hybrid Linked Mode.

Red Hat Virtualization Manager (RHV-M)

Plataforma de virtualização empresarial baseada em KVM (Kernel-based Virtual Machine), integrada ao ecossistema Red Hat. Principais Características:

- Hipervisor KVM de alto desempenho com suporte a cargas de trabalho Linux e Windows;
- Escalabilidade com suporte a até 200 hosts por cluster e 6 TB de RAM por VM;
- Segurança reforçada com sVirt e SELinux para isolamento de VMs;
- Gerenciamento centralizado via interface web ou API REST;
- Integração com nuvem (OpenStack) e contêineres (Red Hat Atomic Host);
- Modelo de assinatura sem licença inicial, incluindo suporte técnico.

Oracle Linux Virtualization Manager (OLVM)

Plataforma de gerenciamento para virtualização baseada em KVM, otimizada para ambientes Oracle Linux. Principais Características:

- Gerenciamento de hosts KVM e máquinas virtuais;
- Interface web para configuração, monitoramento e administração;
- Integração com stack Oracle (ex.: Oracle Database, Oracle Cloud);
- Suporte a enterprise-grade para desempenho e estabilidade.

Citrix Hypervisor Management (XenCenter)

Ferramenta de gerenciamento para infraestruturas baseadas em Citrix Hypervisor (antigo XenServer), focada em eficiência e usabilidade. Principais Características:

- Interface gráfica para Windows para gerenciar hosts, pools de recursos e VMs;
- Suporte a storage repositories (SRs) compartilhados;
- Gerenciamento de recursos como CPU, memória e rede;
- Integração com ecossistema Citrix (ex.: Virtual Apps and Desktops).

8.3.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

As principais ferramenta de BI disponíveis no mercado atualmente, e que atendem os requisitos de negócio e tecnológicos são as seguintes:

Power BI (Microsoft)

Desenvolvido pela Microsoft, o Power BI é uma ferramenta robusta e amplamente utilizada para visualização de dados e análise de negócios. É conhecido por sua forte integração com o ecossistema da Microsoft, como o Excel e o Teams, e por sua interface intuitiva, que facilita a criação de relatórios e dashboards interativos. A versão Desktop é gratuita para desenvolvimento pessoal, enquanto a versão de serviço (nuvem) exige licenças para compartilhamento e colaboração.

Qlik Sense (Qlik)

O Qlik Sense é uma ferramenta de BI que se diferencia por seu "Mecanismo Associativo" (Associative Engine). Ele permite que os usuários explorem dados de forma livre, sem a necessidade de seguir caminhos predefinidos em dashboards. Essa abordagem de exploração não linear revela conexões e insights que podem passar despercebidos em outras plataformas.

Tableau (Salesforce)

O Tableau se destaca como uma das plataformas mais renomadas, focada em visualização de dados e análises visuais. Ele é famoso por permitir que os usuários explorem dados de forma criativa e intuitiva, transformando-os em insights claros por meio de gráficos e dashboards interativos. Sua flexibilidade e poder de exploração de dados o tornam uma escolha popular para analistas e cientistas de dados.

Looker (Google Cloud)

Adquirido pelo Google, o Looker é uma plataforma de BI e análise de dados que opera 100% na nuvem. Sua principal característica é a modelagem semântica, onde a lógica de negócio é centralizada em um único modelo (LookML). Isso garante consistência e governança dos dados em toda a organização, permitindo que os usuários façam perguntas de forma consistente e segura.

Metabase (Open Source)

O Metabase é uma solução de BI de código aberto, projetada para ser simples e acessível a todos os membros de uma equipe, independentemente do seu nível técnico. Ele oferece uma interface intuitiva de "pergunta e resposta", facilitando a criação de consultas e dashboards. Por ser open source, oferece uma opção gratuita para quem pode hospedar a ferramenta por conta própria.

Pentaho (Hitachi Vantara)

O Pentaho, da Hitachi Vantara, é uma plataforma de BI completa que vai além da visualização. Ele oferece funcionalidades robustas de integração e transformação de dados (ETL), mineração de dados, relatórios e dashboards. Sua arquitetura modular o torna uma solução poderosa para empresas que precisam de um controle granular sobre todo o fluxo de dados.

Oracle BI

O Oracle Business Intelligence é uma suíte de produtos de BI da Oracle. Focada em soluções de nível empresarial, ela é ideal para companhias que já utilizam o ecossistema da Oracle. A plataforma oferece recursos de análise, relatórios, dashboards e mineração de dados para ajudar grandes organizações a gerenciar e entender suas informações.

Zoho Analytics

Parte do ecossistema de software da Zoho, o Zoho Analytics é uma ferramenta de BI e análise de dados que permite criar visualizações de dados e relatórios rapidamente. Ele se integra facilmente com diversas fontes de dados, incluindo outras aplicações da Zoho e softwares de terceiros. É conhecido por sua acessibilidade e facilidade de uso para pequenas e médias empresas.

IBM Cognos Analytics

O IBM Cognos Analytics é uma plataforma de BI voltada para a inteligência de negócios empresarial. Ele utiliza IA para guiar a exploração de dados, automatizar a preparação e a modelagem, e gerar insights de forma mais eficiente. A ferramenta é ideal para organizações que buscam uma solução escalável, governada e com recursos de IA avançados para análise de dados.

8.3.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

Considerando que o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) adotado por padrão na Previc é o Microsoft SQL Server, e que este será o destino final dos dados que passarão pelo processo de ETL, a solução encontrada no mercado que atende as necessidades de negócio e tecnológicas apresentadas, é o software da Microsoft Visual Studio com o SQL Server Data Tools (SSDT). Dessa forma é possível criar um pacote SSIS, que é um coleção organizada de elementos que, juntos, definem um fluxo de trabalho para realizar uma ou mais tarefas relacionadas a dados. O SSDT é composto por quatro elementos principais:

1. Fluxo de Controle: Define a ordem de execução das tarefas (é a "linha do tempo" do pacote);
2. Fluxos de Dados: Onde a transformação dos dados de fato acontece (é o "canal" por onde os dados fluem e são modificados);

3. Gerenciadores de Conexões: Definem como o pacote se conecta às fontes de dados de origem e destino;
4. Variáveis e Parâmetros: Permitem tornar o pacote dinâmico e configurável.

Uma vez que o SQL Server é um software proprietário, é compreensível sob a ótica de mercado que a desenvolvedora não disponibilize outros meios para realizar a conexão com seu sistema.

Notadamente, a autarquia satisfaz essa necessidade atualmente pelo uso do Visual Studio 2015, no qual se instala o SQL Server Data Tools (SSDT), que por sua vez inclui as extensões necessárias para realizar as atividades de ETL. Trata-se de licenciamento perpétuo, ou seja, a autarquia pode usá-la indefinidamente sem necessidade de pagar por renovações. Porém, o ciclo de vida do Visual Studio 2015 deverá ocorrer em outubro de 2025, e a partir desta data não irá mais receber atualizações de segurança. Ainda assim, continuar usando essa versão é uma alternativa para suprir a necessidade, considerando que são poucas licenças (apenas 3) usadas por pessoas qualificadas, é possível assumir o risco adotando medidas técnicas de mitigação, como usar apenas em dispositivos específicos e protegidos.

A alternativa é migrar para edição e versão atualizadas. Foram identificadas 4 edições do Visual Studio 2022 (versão mais atual): Code, Community, Professional e Enterprise. Elas serão comparadas no item 9 deste estudo.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

Considerando as necessidades apontadas e a infraestrutura atualmente existente na Previc, para sanar esta demanda é fortemente recomendável a adoção da solução Microsoft System Center.

Visto que a autarquia já detém direitos de uso do Windows Server e já usa o Microsoft Hyper-V como hipervisor, a adoção do System Center como solução de gerenciamento de máquinas virtuais apresenta vantagens estratégicas significativas. A principal delas é a integração nativa com o ecossistema já existente, o que reduz drasticamente a complexidade de implementação e o tempo de adaptação, permitindo que a equipe de TI utilize suas habilidades e conhecimentos atuais sem a necessidade de um longo e custoso período de treinamento em uma nova plataforma.

A contrapartida de optar por uma solução de terceiros, como o VMware vCenter ou o Red Hat Virtualization, em um ambiente predominantemente Microsoft, acarreta desvantagens notáveis. A principal delas é a fragmentação do ambiente de gerenciamento, que exige a manutenção de ferramentas e conhecimentos distintos para gerir as infraestruturas física e virtual. Isso pode gerar inconsistências, dificultar a resolução de problemas e aumentar a carga de trabalho da equipe de TI.

Estaremos portanto comparando as edições de licenças do Microsoft System Center, que possui um conjunto de ferramentas de gerenciamento para infraestruturas de TI.

System Center DC (Datacenter)

Esta é a licença mais completa da suíte System Center. Ela é projetada para ambientes de data center com alta densidade de virtualização. A licença System Center DC permite gerenciar um número ilimitado de máquinas virtuais (VMs) hospedadas nesse servidor. É a opção ideal para ambientes totalmente virtualizados, onde a consolidação de servidores é uma prioridade. Cobre todos os componentes da suíte System Center (SCOM, SCVMM, DPM, Orchestrator, etc.), mas com direito a uso ilimitado de instâncias virtuais.

System Center Standard

A licença System Center Standard é uma opção mais econômica para ambientes com pouca ou nenhuma virtualização. A principal diferença é que ela permite gerenciar um máximo de duas máquinas virtuais. É uma licença ideal para servidores que rodam poucas VMs ou para ambientes físicos.

9.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A Previc vem desenvolvendo o Projeto EVA em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), criado por meio do programa Startup Gov.br, pelo Acordo de Cooperação Técnica 138/2023. A

solução de business intelligence que foi adotada por padrão no projeto EVA Previc foi Microsoft Power BI, e por esta razão, é dispensável a comparação com outras soluções.

A adoção da ferramenta de BI que foi definida pela equipe do Projeto EVA, conforme as peculiaridade do projeto, está de acordo com a alínea "b" do inciso I do Art. 41 da Lei 14.133/2021, conforme abaixo:

"I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;"

Portanto, serão comparadas as três edições principais do Power BI, cada uma com características e públicos-alvo específicos.

Power BI Desktop - Esta é a versão mais utilizada para a criação e desenvolvimento de relatórios e dashboards. Suas principais características incluem:

- **Gratuidade:** Pode ser baixada e usada sem custo;
- **Desenvolvimento:** Permite a conexão a diversas fontes de dados, a modelagem de dados e a criação de relatórios e visualizações interativas;
- **Uso Pessoal:** É ideal para usuários individuais que precisam analisar e visualizar dados por conta própria;
- **Publicação:** Não contempla a funcionalidade de compartilhamento de painéis na web;

Power BI Pro - É a licença paga que permite o compartilhamento e a colaboração em relatórios e dashboards. Suas características incluem:

- **Licença por Usuário:** A licença é atribuída a cada usuário individualmente;
- **Colaboração:** Permite o compartilhamento de relatórios e painéis com outros usuários Pro na mesma organização;
- **Automação:** Permite a atualização programada dos dados para manter os relatórios sempre atualizados;
- **Publicação:** Habilita a publicação de painéis e relatórios para que outros possam visualizá-los e interagir com eles, sem necessidade de autenticação.

Power BI Premium - Esta é a edição mais robusta, ideal para grandes empresas que precisam de capacidade dedicada e recursos avançados. Em vez de licenças por usuário, a Premium é baseada em capacidade. Suas características principais são:

- **Capacidade Dedicada:** Garante recursos de servidor dedicados, o que melhora o desempenho e a escalabilidade, principalmente para grandes volumes de dados;
- **Escalabilidade:** Permite que um número ilimitado de usuários consuma o conteúdo sem a necessidade de uma licença Pro para cada um;
- **Recursos Avançados:** Oferece funcionalidades como relatórios paginados, IA avançada, e um suporte maior para conjuntos de dados de grande escala;
- **Publicação:** Permite a publicação de painéis via link público, que pode ser acessado por qualquer pessoa sem a necessidade de uma conta ou licença.

9.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

Apresentamos a seguir a comparação das 4 edições do Visual Studio:

Visual Studio Code (VS Code): Editor de código leve e extensível, multiplataforma e gratuito. Porém o VS Code não suporta o SSDT.

Visual Studio Community: IDE completa e gratuita, mas com limitações de uso comercial e em equipes grandes. Pode ser usado com o SSDT, mas restrições de licenciamento se aplicam a organizações empresariais (com mais de 250 PCs ou faturamento acima de US\$ 1 milhão em receita anual).

Visual Studio Professional: IDE paga para desenvolvedores individuais ou pequenas equipes, com recursos profissionais como CodeLens e suporte a DevOps. Compatível com o SSDT sem as restrições de licenciamento da edição Community, sendo ideal para profissionais em ambientes empresariais.

Visual Studio Enterprise: Versão premium (paga) com recursos avançados para testes, depuração, diagnóstico e arquitetura, voltada para grandes empresas. Oferece suporte completo ao SSDT e é a versão mais adequada para grandes empresas com necessidades complexas de desenvolvimento e implantação.

Apresentamos a seguir uma tabela comparativa dessas edições, juntamente com a solução usada atualmente na autarquia:

Edição e Versão	Suporte ao SSDT	Atualização de Segurança	Suporte Técnico (Software Assurance)
Visual Studio Professional 2015	SIM	NÃO	NÃO
Visual Studio Code 2022	NÃO	SIM	NÃO
Visual Studio Community 2022	SIM	SIM	NÃO
Visual Studio Professional 2022	SIM	SIM	SIM
Visual Studio Enterprise 2022	SIM	SIM	SIM

O Visual Studio Professional 2015 é uma solução que atende às necessidades apontadas neste estudo, sendo inclusive a edição já adotada na autarquia, porém o seu ciclo de vida encerrará em outubro de 2025. Sendo assim, atualizar para a versão 2022 seria uma alternativa coerente.

O Visual Studio Code não possui suporte ao SSDT, e portanto não atende às necessidades do negócio.

Uma vez que a Previc não se enquadra na condição de uma grande corporação seria inadequada a edição Visual Studio Enterprise.

Investigando as condições no termo de licença do Visual Studio Community (disponível em <<https://visualstudio.microsoft.com/pt-br/license-terms/vs2022-ga-community/>>, acessado em set. de 2025), destacam-se as seguintes situações quanto ao seu uso:

"Qualquer quantidade de usuários poderá usar o software somente para o desenvolvimento do Microsoft SQL Server quando estiver usando o SQL Server Data Tools ou as extensões "Microsoft Analysis Services Projects", "Microsoft Reporting Services Projects" ou "SQL Server Integration Services Projects" para desenvolver projetos de banco de dados do Microsoft SQL Server ou Analysis Services, Reporting Services, Servidor de Relatórios do Power BI ou projetos do Integration Services."

e ainda:

"Se você for uma empresa, seus funcionários e prestadores de serviços não poderão usar o software para desenvolver nem testar seus aplicativos, exceto para: (i) software livre; (ii) extensões do Visual Studio; (iii) drivers de dispositivo para o sistema operacional Windows; (iv) desenvolvimento do SQL Server; e (v) fins de treinamento, conforme permitido anteriormente."

De acordo com os termos de uso do software Visual Studio Community, observa-se claramente que as restrições não se aplicam quanto ao uso do SSDT relacionado ao SQL Server, o que torna a edição Community uma opção a ser considerada.

É preciso ponderar que o suporte técnico (Software Assurance) está incluso na aquisição de licenças da edição Professional, enquanto para a edição Community, por ser gratuita, não contempla tal opção. As atualizações de segurança são garantidas pelo desenvolvedor para ambas as edições, desde que estejam na versão mais recente (atualmente a 2022).

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

A implementação de uma solução que não seja o System Center exigiria investimentos adicionais em licenças, treinamentos especializados para a nova plataforma e a criação de novas rotinas de gerenciamento, o que eleva os custos operacionais e de capital, enquanto a solução da Microsoft permite aproveitar e expandir o investimento já realizado em seu ecossistema. Por estas razões, outros softwares registrados no item 8. Levantamento de soluções, se mostram inviáveis.

O tipo de licença System Center Standard não atende os requisitos de negócio, sendo portanto inviável, visto que só é válido para gerenciar um máximo de duas VMs e atualmente a Previc possui 132 VMs ativas.

10.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

Embora o Power BI Desktop seja gratuito para a criação, ele não tem a funcionalidade de compartilhar relatórios na web. A publicação de painéis para que qualquer pessoa possa acessar pela internet é uma característica do serviço do Power BI, que exige a licença Pro ou Premium.

Dessa forma, por não atender a uma necessidade de negócio imperativa (compartilhar painéis interativos ao público em geral), o Power BI Desktop caracteriza-se como inviável para sanar a demanda.

10.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

Visto que o Visual Studio Code não possui suporte ao SSDT, uma característica técnica crucial, esta edição é inviável.

A edição Visual Studio Enterprise é inadequada para o porte da Previc, pois ela não se enquadra na condição de uma grande corporação.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Conforme já exposto nos tópicos anteriores, identificou-se apenas um tipo de software como solução viável para cada demanda apresentada. Dessa forma, apresentaremos um comparativo de custos entre alternativas de aquisição em cada um desses tipos de software.

11.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

O modelo de licenciamento do System Center DC é baseado em núcleos físicos de processadores, sendo que cada licença cobre 16 núcleos. Porém, cada servidor físico necessita ter no mínimo 16 núcleos cobertos, ainda que na prática tenha menos núcleos. Por exemplo, um servidor pode ter 12 núcleos, mas para fins de licenciamento, será considerado como se tivesse 16 núcleos, o que ensejaria a aquisição de 8 licenças (como dito, cada licença cobre 2 núcleos).

Conforme demonstrado no item 5.1.2. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais, há no total 256 núcleos físicos de processadores em 4 servidores, o que nos leva as seguintes ponderações:

- Pela quantidade de servidores, é necessário a cobertura de 64 núcleos (4 servidores x 16 núcleos), logo, seriam necessário 4 licenças;
- Pela quantidade de núcleos físicos de processadores, é necessário a cobertura de 256 núcleos, logo, seriam necessário 16 licenças;

Portanto, será considerado a aquisição de 16 licenças para a cobertura de todos os núcleos físicos. As tabelas a seguir mostram alternativas de custo estimado para aquisição de licenças (Perpétuas) de modo a obter o serviço de Software Assurance de 12 a 36 meses:

CENÁRIO 1

Identificador SGD	Descrição	Nº Microsoft / Tipo de Produto	PMC-TIC	QTDE	MESES	VALOR TOTAL
MS.5.0-A0445	System Center DC Core ALng LSA 16L	9EP-00201 / Licença + Software Assurance	R\$ 9.506,70	16	36	R\$ 456.321,60

Neste cenário, visto que a validade da licença é de 12 meses, a cada ano será pago uma parcela de R\$ 152.107,20. Para os 36 meses desejados, o custo total será de **R\$ 456.321,60**. Esse cenário foi observado em outras contratações públicas.

CENÁRIO 2

Identificador SGD	Descrição	Nº Microsoft / Tipo de Produto	PMC-TIC	QTDE	MESES	VALOR TOTAL
MS.5.0-A0445	System Center DC Core ALng LSA 16L	9EP-00201 / Licença + Software Assurance	R\$ 9.506,70	16	12	R\$ 152.107,20
MS.5.0-A0454	System Center DC Core ALng LSA 16L	9EP-00203 / Software Assurance	R\$ 8.148,60	16	24	R\$ 130.377,60

Neste cenário, será pago inicialmente a aquisição das licenças (que são perpétuas), mais um período de Software Assurance de 12 meses, o que custará R\$ 152.107,20. Findo o prazo inicial, será adquirida a licença que corresponde a apenas o Software Assurance para as licenças adquiridas inicialmente. Assim, o segundo desembolso deverá ser de R\$ 130.377,60. Dessa forma, para se obter as licenças e a cobertura de Software Assurance dos 36 meses desejados, o custo total será de **R\$ 282.484,80**.

CENÁRIO 3

Identificador SGD	Descrição	Nº Microsoft / Tipo de Produto	PMC-TIC	QTDE	MESES	VALOR TOTAL
MS.5.0-A0445	System Center DC Core ALng LSA 16L	9EP-00201 / Licença + Software Assurance	R\$ 9.506,70	16	12	R\$ 152.107,20

Neste cenário, será adquirido apenas as licenças mais o software assurance por um período de 12 meses, que é o modo padrão do fornecedor. Caso haja necessidade de estender o serviço de software assurance, deverá ser realizado novo processo de contratação. Dessa forma, o custo total será de **R\$ 152.107,20**.

11.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

Apresentamos a seguir o valor das licenças das edições do Power BI conforme o “Catálogo de TIC com Condições Padronizadas – Microsoft” do Oitavo Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020 (Processo nº 19974.100514 /2019-01):

Cenários	Identificador SGD	Descrição	Nº Microsoft / Tipo de Produto	PMC-TIC	QTDE	MESES	VALOR TOTAL
1	MS.5.0-A1172	Power BI Premium USL Sub Per User	Assinatura Mensal	R\$ 95,91	8	36	R\$ 27.622,08
2	MS.5.0-A1173	Power BI Pro Sub Per User	Assinatura Mensal	R\$ 47,91	8	36	R\$ 13.798,08

11.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

Apresentamos os custos das soluções comparadas:

Cenários	Licença	Valor	QTDE	Software Assurance	Atualização de Segurança	Valor Total
1	Visual Studio Professional 2022 (MS.5.0-A0586)	7.953,71	3	36 meses	SIM	R\$ 23.861,13
2	Visual Studio Community 2022 (Gratuita)	0,00	3	NÃO	SIM	R\$ 0,00
3	Visual Studio Professional 2015 (Atual)	0,00	3	NÃO	NÃO	R\$ 0,00

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

Considerando o exposto nos itens 9 e 11, o Cenário 3 apresentado no Item 11.1 para a aquisição do System Center DC é a solução que deverá ser adotada e que satisfaz as necessidades de negócio e tecnológicas. Deverão ser adquiridas 16 licenças. O modelo de licenciamento deve ser perpétuo, com contratação de Licenças + Software Assurance por um período de 12 meses. Dessa forma, o futuro contrato deverá ter duração de 12 meses para este item.

12.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

Considerando o exposto nos itens 9 e 11, o Cenário 2 apresentado no Item 11.2 para a aquisição do o Power BI Pro é a solução que deverá ser adotada e que satisfaz as necessidades de negócio e tecnológicas. Deverão ser adquiridas 8 licenças. O modelo de licenciamento deve ser por subscrição mensal, por um período de 36 meses, que poderá ser prorrogado, caso as necessidades sejam mantidas. Dessa forma, o futuro contrato deverá ter duração de 36 meses para este item.

12.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

Considerando o exposto nos itens 9 e 11, o Visual Studio Community 2022 e o Visual Studio Professional 2022 se mostram como as soluções que melhor atendem às necessidades do negócio e tecnológicas. Apesar da edição Visual Studio Community 2022 não contemplar o suporte técnico, é seguramente melhor opção pois, por ser gratuita, melhor atende ao princípio da economicidade. Registra-se que ainda será possível usar o Visual Studio Professional 2015, desde que sob condições que mitiguem o risco de uso de software desatualizado.

Por se tratar de uma solução gratuita, não é necessário realizar licitação para este item.

12.5. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Considerando as características das licenças, bem como a quantidade para cada solução, o parcelamento não é tecnicamente viável, uma vez que as licenças são integrais, ou seja, são indivisíveis por natureza.

Não será possível aplicar a cota de reserva de 25% para empresas classificadas como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015. O fracionamento das quantidades incorreria neste caso em perda de economia de escala, visto que são relativamente poucas licenças, o que representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

E ainda, especificamente para aquisição das licenças do Power BI Pro não será possível destinar exclusivamente à participação de ME ou EPP, ainda que o valor da contratação esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

Isso porque é impraticável encontrar pelo menos 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, recaindo assim na exceção do inciso II do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

A dificuldade de uma ME ou EPP cumprir as exigências estabelecidas decorre do fato de que para fornecer licenças às entidades e órgãos do governo brasileiro, é necessário que a empresa seja capaz de assinar os contratos de licenciamento em volume Enterprise Agreement (EA), Enterprise Agreement Subscription (EAS) e Select Plus, e a participação nos certames públicos é feita unicamente pelos LSP (Licensing Solution Providers), anteriormente denominados LAR (Large Account Reseller). Além disso, a Administração Pública, via de regra, segue com o modelo de contratação por instrumento próprio, seguindo modelos pré-definidos. De outro lado, por tratar-se de licenciamento específico, a Microsoft tem seus padrões e modelos de contrato. Assim, existe o que se chama, dentro do conjunto de parceiros LSP, os Government Partners – GP, que são aqueles habilitados pela Microsoft para atuar no segmento público.

O programa LSP é especificamente desenhado para grandes empresas que atuam com os modelos de licenciamento por volume mais robustos da Microsoft. O procedimento considera fatores como capacidade financeira, aderência às políticas de Compliance da Microsoft, estrutura de pré-vendas, vendas e pós-vendas, estrutura de marketing, licenciamento e operações, histórico de vendas, capilaridade de cliente, entre outros fatores.

Após se enquadrar como LSP, a empresa precisa se tornar um GP, cujos requisitos envolvem um processo de seleção rigoroso da Microsoft, que assegura que o parceiro tem a capacidade técnica, financeira e de compliance para lidar com a complexidade do setor público. Atualmente existem apenas 12 LSP GP listados no site oficial da Microsoft: (Fonte: <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>).

A título de informação sobre o nível de exigência que a Microsoft costuma impor, para se tornar um Cloud Solution Provider (CSP) é preciso um desempenho comercial como transações no marketplace superiores a USD \$1 milhão (um milhão de dólares) em 12 meses, o que representaria mais de R\$ 5,3 milhões (cinco milhões e trezentos mil reais) considerando um câmbio de R\$ 5,30 por dólar americano. Tal volume de faturamento é incompatível com o teto de enquadramento das ME/EPP, que é de R\$ 4,8 (quatro milhões e oitocentos mil reais) em receita bruta nos últimos 12 meses, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (Fonte: <https://partner.microsoft.com/pt-BR/partnership/cloud-solution-provider-requirements>)

A dificuldade de se encontrar fornecedores ME/EPP que sejam LSP GP da Microsoft já foi constatada pela Previc, que já realizou duas outras tentativas de licitar licenças do Power BI Pro que acabaram sendo frustradas, conforme os

processos SEI nº 44011.006467/2022-23 e 44011.007535/2024-33. Na Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00003/2023 (documento SEI 0535528) no qual participaram 5 empresas enquadradas como ME/EPP, foi registrado a seguinte mensagem:

"Item cancelado no julgamento. Motivo: No TR, é solicitado que as licenças sejam fornecidas por meio de Part Numbers. Esses tipos de licenças são fornecidos pelos parceiros LSP (Licensing Solution Providers), anteriormente denominados LAR (Large Account Reseller). Nenhuma das empresas está licenciada pelo MICROSOFT para fornecer."

Dessa forma, fica constatado que a natureza do modelo de negócio para aquisição das licenças é incompatível com a aplicação dos benefícios dos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, o que enseja a sua não aplicação, conforme exceção do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e o disposto no inciso II do Parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015.

Por outro lado, é recomendável que os itens sejam agrupados em um único lote, visto que são poucas licenças porém de um mesmo fabricante. A medida favorece o ganho de economia escala, além de ser economicamente mais vantajoso para a Previc, pois garante a seleção de apenas um fornecedor.

O cenário ideal seria a celebração de apenas um contrato, o que evitaria custos adicionais na gestão de dois contratos - é aberto um EA ou EAS para cada contrato. Tais modelos de licenciamento estão previstos no "Catálogo de TIC com Condições Padronizadas – Microsoft" do Oitavo Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020 (Processo nº 19974.100514/2019-01).

Entendemos que a celebração de dois contratos traria uma complexidade desnecessária. Entretanto é preciso observar o disposto no inciso I, do artigo 3º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, que diz:

Art. 3º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12;

Por esta razão, cada item deverá ser licitado em separados e cada contrato deverá ter duração equivalente ao tempo da respectiva licença.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 165.905,28

Apresentamos a seguir o detalhamento do custo por item a ser adquirido:

ITEM	Descrição	VALOR UNITÁRIO	QTDE	PERÍODO (MESES)	VALOR TOTAL
1	System Center DC Core ALng LSA 16L (Licença + Software Assurance)	R\$ 9.506,70	16	12	R\$ 152.107,20
3	Power BI Pro Sub Per User	R\$ 47,91	8	36	R\$ 13.798,08
4	Visual Studio Community 2022	R\$ 0,00	3	-	0

Destaca-se que a estimativa de preços foi obtida por meio da Pesquisa de Preços 67/2025 – Compras.Gov (SEI nº 0865073), na qual foram observadas os requisitos previstos nas seguintes normas:

- Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021;
- Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

A escolha do System Center DC se justifica tecnicamente por sua capacidade de gerenciar um ambiente de alta densidade de virtualização de forma eficiente e escalável.

Com 132 máquinas virtuais (VMs) em operação, a licença Datacenter é a única que permite gerenciar um número ilimitado de VMs por servidor físico, o que se alinha perfeitamente com a infraestrutura existente de Hyper-V e Windows Server.

Essa abordagem elimina a necessidade de monitorar e licenciar cada VM individualmente, simplificando a gestão e permitindo o crescimento da infraestrutura sem a preocupação com o esgotamento de licenças.

Além disso, o System Center DC oferece todos os módulos da suíte, como o Operations Manager para monitoramento proativo e o Service Manager para gerenciamento de incidentes, o que unifica o controle sobre toda a infraestrutura virtual.

14.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A versão usada para fins de desenvolvimento no Projeto EVA é o Power BI Desktop, que possui limitações de uso, como a impossibilidade de realizar trabalho colaborativo.

A equipe técnica envolvida no projeto já possui experiência no uso dessa ferramenta, e mudar de solução acarretaria atrasos no projeto. Por esta razão, torna-se necessária a aquisição das licenças do Microsoft Power BI Pro, que atende aos requisitos de negócio e tecnológicos, e possui as funcionalidades necessárias para a conclusão do projeto.

Ainda que a edição Power BI Premium também seja capaz de atender os requisitos presentes neste estudo, trata-se de uma opção para grandes corporações que tratam um enorme volume de dados, o que não se enquadra no perfil da autarquia atualmente.

Além disso, a autarquia já utiliza outras soluções da desenvolvedora Microsoft, o que contribui para a integrações a serem realizadas nesse ecossistema.

14.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

O Visual Studio Community 2022 atende quase completamente as necessidades de negócios e tecnológicas, deixando a desejar apenas quanto ao suporte técnico (Soware Assurance). Ele é compatível com o SSDT, e as restrições de licenciamento não se aplicam ao objetivo de uso da Previc.

Ainda que o Visual Studio Professional 2022 contemple suporte técnico, considerando que a equipe já faz uso da versão 2015 a bastante tempo, é natural que já possuam experiência suficiente para buscar por conta própria as soluções de possível problemas futuros.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

A licença do System Center DC é a opção mais vantajosa a longo prazo. O custo de licenciamento que gerencia um número ilimitado de VMs, é consideravelmente menor do que o custo de adquirir múltiplas licenças do tipo Standard, que limitam o gerenciamento a apenas duas VMs por servidor. Em um ambiente com 132 VMs, a adoção do plano Standard resultaria em um número inviável de licenças e um custo total proibitivo.

O modelo de licenciamento do System Center DC garante que o investimento inicial seja escalável e que a entidade não precise arcar com custos adicionais à medida que a infraestrutura virtual cresce, proporcionando uma economia significativa e um retorno sobre o investimento mais rápido.

Além disso, a implementação de uma solução diferente do ecossistema atual exigiria investimentos adicionais, treinamentos especializados e a criação de novas rotinas de gerenciamento, o que eleva os custos operacionais e de capital, enquanto a solução da Microsoft permite aproveitar o ambiente existente.

A adoção do cenário 3, conforme o disposto no Item 11.1, representa a alternativa mais econômica.

15.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

A comparação entre as opções, conforme Item 11. Análise comparativa de custos (TCO), considerou a mesma base de tempo (36 meses) para aquisição de 8 licenças de cada edição do Power BI.

A opção pela aquisição de licenças do "Power BI Pro Sub Per User" se mostra a mais vantajosa sob a perspectiva do princípio da economicidade, visto que é a edição de menor custo e que atende todos os requisitos de negócio e tecnológicos.

O Power BI Premium é uma solução para grandes corporações, com um custo muito superior e recursos que seriam um excesso ante as necessidades apresentadas no momento.

A adoção do cenário 2, conforme o disposto no Item 11.2, representa a alternativa mais econômica.

15.3. Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

O Visual Studio Community 2022 é gratuito, e portanto é a solução que melhor atende ao princípio da economicidade. Ainda que a continuidade do uso do Visual Studio Professional 2015 também represente ausência de custos, a edição Community leva vantagem por contemplar atualizações de segurança.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

- Atendimento das necessidades apresentadas;
- Possibilidade de extrair o máximo de proveito da estrutura já existente;
- Centralização do gerenciamento das máquinas físicas e virtuais;
- Automatização de tarefas de rotina e de monitoramento;

16.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

- Atendimento das necessidades apresentadas;
- Garantia da continuidade nas atividades do projeto EVA, produção de painéis interativos, com a possibilidade de divulgação ao público em geral;

16.3 Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

- Atendimento das necessidades apresentadas;
- Garantia de continuidade nas atividades relacionadas à extração, ao tratamento e ao carregamento de dados nos servidores SQL Server;
- Eliminação de custos adicionais para a autarquia, por meio do uso de software gratuito.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Gerenciamento de servidores físicos e virtuais

Não foram identificadas outras providências a serem adotadas pela administração para a aplicação desta solução. A autarquia já dispõe da infraestrutura necessária, e a equipe técnica de TI da empresa terceirizada (4D Soluções) será acionada para implementar a solução e preparar os manuais de uso da ferramenta, nas situações que se façam necessárias.

17.2. Ferramenta de Business Intelligence (BI)

Não foram identificadas outras providências a serem adotadas pela administração para a aplicação desta solução. A equipe técnica envolvida no projeto EVA já possui familiaridade com a solução e já existe infraestrutura básica para seu uso.

17.3 Ferramenta de desenvolvimento (IDE)

As seguintes medidas deverão ser adotadas para implementar:

- Efetuar o download do Visual Studio Community 2022 com SSDT, e efetuar os testes necessários (disponível em: <https://visualstudio.microsoft.com/pt-br/vs/community/>);
- Submeter à Procuradoria da autarquia o termo de uso da licença do Visual Studio Community 2022, para confirmar o entedimento jurídico acerca da possibilidade de uso;
- Monitorar o documento com os termos de uso do Visual Studio Community 2022, visto que a desenvolvedora se reserva o direito de mudar os termos sem aviso ou consentimento dos usuários, para garantir que a autarquia não está em desacordo com o os referidos termos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme as informações evidenciadas no presente Estudo Técnico Preliminar, foram identificadas soluções viáveis para os 3 itens, sendo que dois itens deverão ser objeto de licitação, enquanto um item não, uma vez que solução identificada é um software freeware, conforme o resumo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	SOLUÇÃO	A LICITAR?
01	Gerenciamento de servidores físicos e virtuais	System Center DC Core ALng LSA 16L	SIM
02	Ferramenta de Business Intelligence (BI)	Power BI Pro Sub Per User	SIM
03	Ferramenta de desenvolvimento (IDE)	Visual Studio Community 2022	NÃO

Dessa forma, cada solução proposta apresenta a capacidade de alcance da finalidade pretendida com a contratação.

Uma vez que trata-se da aquisição de licenciamento de software, foram observadas as recomendações que constam no Anexo I da IN SGD/ME nº 94, de 2022, assim como na Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 2023.

Nos termos da IN SGD nº 94/2022, art. 12, § 2º, incisos I e II, declaramos que:

- A avaliação quanto a viabilidade de parcelamento está no item 12.5 deste Estudo Técnico Preliminar;

- A equipe de planejamento, após ponderações, não vislumbou nenhum óbice à participação de cooperativas ou de empresas em consórcio, e portanto, deve ser permitida conforme a regra legal;
- Não deverá ser admitida a subcontratação, posto que:
 - Dentre os requisitos de qualificação técnica listadas no item 10.32 do TR 44/2025, está a necessidade do licitante ser parceiro autorizado da Microsoft “Licensing Solution Provider” – LSP e habilitado na categoria “Government Partner”;
 - Haveria necessidade de a Administração avaliar se o subcontratado possui capacidade técnica para atender a demanda ou se não possui os vínculos que são vedados pela legislação;
 - Trata-se de poucas licenças a serem contratadas (16 para System Center e 8 para Power BI), logo, a permissão de subcontratação neste cenário traria prejuízo para a eficiência administrativa.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALAN CLIFF SOUZA SILVA

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/11/2025 às 14:40:27.

ALEXANDRE CRUSCA POZZETTI

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/11/2025 às 14:48:18.

JAMES TAYLOR FARIA CHAVES

Autoridade máxima da Área de TIC

**JAMES TAYLOR
FARIA**

**CHAVES:851572876
15**

Assinado de forma digital
por JAMES TAYLOR FARIA
CHAVES:85157287615

Dados: 2025.11.27
16:00:07 -03'00'

COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMONIO E LOGISTICA

Termo de Referência 44/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
44/2025	333005-COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMONIO E LOGISTICA ALAN CLIFF SOUZA SILVA	08/04/2026 15:55 (v 0.12)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	47/2025	44011.003593/2025-79

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de soluções de software para gerenciamento de servidores físicos e virtuais e ferramenta de Business Intelligence (BI), conforme especificações constantes deste Termo de Referência e em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar nº 19/2025, incluso no processo administrativo nº 44011.003593/2025-79, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela sintética (modelo de TR da AGU):

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD.	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
				PMC-TIC			
1	System Center DC Core ALng LSA 16L	27464	Unidade	MS.6.0-A0619	16	8.220,64	131.530,24
2	Power BI Pro Sub Per User	27502	Anual	MS.6.0-A1506	3	8.114,88	24.344,64

1.1.1. A tabela acima, bem como o restante deste documento, está em conformidade com o modelo de Termo de Referência para Serviços TIC, elaborado pela AGU, versão de setembro de 2025, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/bens-e-servicos-de-tic/modelo-de-termo-dereferencia-servicos-tic-lei-no-14-133-set-25.docx>.

1.1.2. Nota-se que a referida tabela apresenta de forma simplificada a relação entre a quantidade de licença, seus valores unitários e total, porém, é incapaz de representar a complexidade dos diversos tipos de licenças, seus preços mensais ou anuais, o modelo de licenciamento e periodicidade de pagamento, e ainda o custo por toda a vigência prevista para o contrato.

1.1.3. Por esta razão, apresentamos a tabela auxiliar a seguir, e uma breve descrição a fim de proporcionar uma compreensão melhor acerca dos objetos que serão licitados:

Tabela detalhada (baseada no "Catálogo de TIC com Condições Padronizadas – Microsoft" do Novo Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020):

ITEM	Especificação	CATSER	Modelo de Licenciamento	Identificador Microsoft	Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade de licenças	VALOR UNITÁRIO (PMC-TIC) (R\$)	VALOR TOTAL - (R\$)	Observações
1	System Center DC Core ALng LSA 16L	27464	Perpétua	9EP-00201 (Licença + SA)	12 Meses	MS.6.0-A0619	16	8.220,64	131.530,24	Contrato de 12 meses. Valor total Considera a cobertura de 256 núcleos
2	Power BI Pro Sub Per User	27502	Subscrição	NK4-00002 (Assinatura Mensal)	1 Mês	MS.6.0-A1506	8	84,53	24.344,64	Contrato de 36 meses. Valor total: 8 licenças X 36 meses X 84,53

1.1.4. Essa tabela é baseada no “Catálogo de TIC com Condições Padronizadas – Microsoft” do Nono Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020 (SEI nº 0918495): disponível também em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/microsoft>.

1.1.5. O uso do Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas é recomendado ao se definir o objeto da contratação conforme IPPCS-TIC, página 90 (SEI nº 0900899). Além disso, está em consonância com o art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, e com o ANEXO I da Portaria 5.950/2023, em especial com: a alínea g) do item 4.1; com o item 7.3.2.3; e com o item 6.2.1.

1.1.6. Descrição do cálculo para o item 1 (baseado no preço estimado - PMC-TIC): uma licença custa R\$ 8.220,64 por ano (12 meses). O custo de 16 licenças por um ano (12 meses) é de R\$ 131.530,24. Como o contrato deverá ser de 12 meses, o custo total da contratação de 16 licenças será de R\$ 131.530,24.

1.1.7. Descrição do cálculo para o item 2 (baseado no preço estimado - PMC-TIC): uma licença custa R\$ 84,53 por mês. O custo de UMA licença por um ano (12 meses) é de R\$ 1.014,36. O custo de 8 licenças por um ano (12 meses) é de R\$ 8.114,88. Como o contrato deverá ser de 36 meses, o custo total da contratação de 8 licenças por 3 anos (36 meses) é de R\$ 24.344,64.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os serviços que compõem esta contratação são enquadrados como serviços contínuos, conforme disposição do §2º do art. 106 da Lei n.º 14.133/21, tendo em vista que se trata de licenças de uso contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de Vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação será:

1.4.1. Para o ITEM 1: de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.4.2. Para o ITEM 2: de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Outras Informações

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

1.8. Para a presente contratação, foram observadas todas as vedações do art. 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, na elaboração do edital e de seus anexos.

1.9. Uma vez que trata-se da aquisição de licenças de software, foram observadas as recomendações que constam no Anexo I da IN SGD/ME nº 94, de 2022, assim como na Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 2023.

1.10. A presente contratação não se enquadra no Art. 19 §2 e Art. 40 §1 da Lei nº 14.133, de 2021 (Catálogo Eletrônico de Padronização).

1.11. A presente contratação foi elaborada observando os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

1.12. No Estudo Técnico Preliminar 19/2025, Item 12.5. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, foi explanado as razões que justificam o não parcelamento da solução bem como recomenda o agrupamento dos itens a serem licitados, as quais citamos de forma sucinta:

1.12.1. Natureza integral das licenças não permite o parcelamento;

1.12.2. Inviabilidade de separar 25% da quantidade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), benefício previsto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

1.12.3. Inviabilidade de destinar o item 2 - Power BI Pro apesar do valor abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), benefício previsto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

1.12.4. A natureza do modelo de negócio para aquisição das licenças é incompatível com a aplicação dos benefícios dos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, o que enseja a sua não aplicação, conforme exceção do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e o disposto no inciso II do Parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015;

1.12.5. Todos os parceiros autorizados a realizar o licenciamento (os Licensing Solution Providers - LSP que também são Government Partners - GP) estão aptos a disponibilizar as licenças objeto deste Termo de Referência, portanto não haverá perda de competitividade. (Fonte: <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp>).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de prover a PREVIC de soluções tecnológicas essenciais para o adequado cumprimento de suas atribuições finalísticas, em especial as atividades de fiscalização, normatização e supervisão do regime de previdência complementar, conforme disposto na Lei Complementar nº 109 /2001. A demanda origina-se das necessidades específicas identificadas e consolidadas no Documento de Formalização de Demanda 37/2025, conforme detalhamento a seguir:

2.1.1. Gerenciamento de Servidores Físicos e Virtuais (16 licenças):

2.1.1.1. Necessidade: Centralizar e otimizar o gerenciamento da infraestrutura crítica que suporta todos os sistemas da autarquia, composta por servidores em cluster com 256 núcleos físicos e 132 máquinas virtuais em operação.

2.1.1.2. Relação volume/características: O licenciamento por núcleo físico (16 licenças) segue o modelo do fabricante para cobertura integral dos servidores, sendo a edição Datacenter necessária para gerenciamento ilimitado de VMs. Serão adquiridas as licenças do System Center DC citadas no Item 1, que são relacionadas à Licenças + Software Assurance para o período de 12 meses.

2.1.1.3. Benefícios: Redução de complexidade operacional, automação de tarefas críticas, melhoria no tempo de resposta a incidentes e garantia de continuidade dos serviços.

2.1.2. Ferramenta de Business Intelligence (8 licenças):

2.1.2.1. Necessidade: Capacitar as áreas finalísticas para análise de dados e criação de painéis gerenciais no âmbito do Projeto EVA PREVIC, viabilizando a divulgação de informações à sociedade conforme preconizado na política de dados abertos (Decreto nº 8.777/2016).

2.1.2.2. Relação volume/características: As 8 licenças destinam-se a usuários-chave das coordenações diretamente envolvidas com atividades do projeto EVA, a saber: DILIC e Equipe EVA (5 licenças) e CGTI (3 licenças).

2.1.2.3. Benefícios: Aumento da maturidade analítica institucional, transparência ativa e suporte à tomada de decisão baseada em evidências.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025/2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **07290290000102-0-000001/2025.**

II) Data de publicação no PNCP: **16/05/2024**

III) Id do item no PCA: **25 - (Gerenciamento de servidores físicos e virtuais - R\$ 131.530,24), 26 - (Ferramenta de Business Intelligence (BI) - R\$ 24.344,64).**

IV) Classe/Grupo: **182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;**

V) Identificador da Futura Contratação: **333005-64/2025.**

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2023-2026 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC (Doc. SEI nº 0695170), conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos - Plano Estratégico Institucional 2025-2030
O1	Fortalecer a infraestrutura de TI
O3	Aumento da capacidade de entregas e manutenção de sistemas

ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2026			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
T2	Adequar a infraestrutura de TI e outros recursos necessários	D5	Sustentar a crescente dependência e complexidade em TI

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2023-2026	
ID	Ação do PDTIC
68	Contratação Microsoft System Center DC
70	Contratação Solução Microsoft Power BI Pro

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na aquisição de licenças de software para atendimento a duas necessidades da PREVIC, conforme detalhamento abaixo:

3.2.1. Gerenciamento de Servidores Físicos e Virtuais:

3.2.1.1. Produto: System Center Datacenter (DC);

3.2.1.2. Identificador SGD: MS.6.0-A0619 **(Item 1)**;

3.2.1.3. Quantidade: 16 licenças "Core ALng LSA 16L" (licença por núcleo);

3.2.1.4. Modalidade: Será adquirida licença perpétua, acompanhada de Software Assurance (SA) por 12 meses **(Item 1)**;

3.2.1.5. Cobertura: 256 núcleos físicos dos servidores do cluster PREV061PZJZW214;

3.2.1.6. Funcionalidades: Gerenciamento unificado de infraestrutura Hyper-V, monitoramento, automação, backup e recuperação;

3.2.1.7. Compatibilidade: Windows Server 2016/2022 e ambiente Hyper-V existente;

3.2.1.8. Identificador Microsoft: 9EP-00201 **(Item 1)**.

3.2.2. Ferramenta de Business Intelligence

3.2.2.1. Produto: Power BI Pro;

3.2.2.2. Identificador SGD: MS.6.0-A1506 **(Item 2)**;

3.2.2.3. Quantidade: 8 licenças "Sub Per User" (por usuário);

3.2.2.4. Modalidade: assinatura mensal, com vigência de 36 (trinta e seis) meses **(Item 2)**;

3.2.2.5. Funcionalidades: Criação de dashboards interativos, compartilhamento de relatórios, atualização automática de dados, trabalho colaborativo;

3.2.2.6. Identificador Microsoft: NK4-00002 **(Item 2)**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Gerenciar centralizadamente 132 VMs distribuídas em cluster Hyper-V com 256 núcleos físicos.

4.1.2. Viabilizar aos usuários a criação, manutenção e publicação de painéis interativos de BI de forma colaborativa.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação, uma vez que as soluções dos itens 4.1.1 será operada por empresa terceirizada já contratada, e a solução do item 4.1.2 será utilizada por servidores com experiência comprovada.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de manutenção preventiva e evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade das licenças e atualizações de segurança durante todo o período contratual.

Requisitos Temporais

4.5. As licenças do software contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.8. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da PREVIC (Portaria PREVIC nº 295/2023), particularmente no que diz respeito à proteção de dados pessoais e credenciais de acesso.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.9. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10. Ter preferencialmente como idioma o português brasileiro, e caso não seja possível, o idioma inglês, inclusive a documentação / manual de uso;

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante, considerando:

4.11.1. A área técnica da PREVIC é a Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI;

4.11.2. Dentre a arquitetura tecnologia a ser observada, destaca-se a compatibilidade comprovada com Windows Server 2022, Windows 11, Hyper-V e Active Directory.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. Como se trata de fornecimento de licenças de software, não há requisitos de projeto e de implementação relacionado.

Requisitos de Implantação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1. Como se trata de fornecimento de licenças de software, não há requisitos de implantação relacionados.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da ativação das licenças.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional específicos para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.19. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.20. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.21. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.22. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.22.1. No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf>.

4.22.2. Atenção ao item 4.8 deste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.24. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.24.1. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União (<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>), não foram identificados critérios de sustentabilidade eventualmente a serem atendidos, notadamente relacionados à natureza dos objetos a serem adquiridos, a saber, licenças de software.

Indicação de marcas ou modelos

4.25. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: System Center Datacenter e Power BI Pro, em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.

Subcontratação

4.26. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.27. Não serão exigidas amostras para nenhum dos itens desta contratação.

Garantia da Contratação

4.28. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.29. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.29.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.29.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.29.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.29.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.29.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.30. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.31. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.32. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.33. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.33.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.34. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.34.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.34.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.34.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.35. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.36. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.37. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.38. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado

obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.39. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.39.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

4.39.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.40. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.40.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.40.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.41. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.42. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.43. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.44. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Margem de Preferência

4.45. O objeto da contratação não enquadra-se na margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.46. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.46.1. Infraestrutura existente: Windows Server 2016/2022, Hyper-V, SQL Server 2022;

4.46.2. Cerca de 310 usuários ativos no Active Directory com previsão de crescimento para 340;

4.46.3. Cerca de 132 VMs em produção distribuídas em 1 clusters de servidores com 256 núcleos físicos;

4.46.4. Necessidade de publicação pública de painéis de BI conforme política de dados abertos, bem como realização de trabalhos de forma colaborativa.

4.46.5. Total de 8 usuários designados para utilização das licenças do software de business intelligence.

4.47. Não é aplicável a participação exclusiva, ou preferencial, para empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991, em virtude de os objetos da contratações serem relacionados a licenças de software.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: Na data que as licenças foram disponibilizadas no portal de licenciamento da Microsoft (<https://admin.microsoft.com/adminportal/home#/homepage>);

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. Ativação das licenças: O contratado disponibilizará as chaves de licenciamento e realizará a ativação nos sistemas da PREVIC;

6.1.2.2. Configuração inicial: Implementação das licenças conforme especificações técnicas de cada produto;

6.1.2.3. Monitoramento contínuo: Verificação mensal da utilização e disponibilidade das licenças;

6.1.2.4. Suporte técnico: Prestação de suporte durante horário comercial para resolução de eventuais indisponibilidades.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

Etapas	Período / Condição
Ativação System Center Datacenter	Até 15 dias úteis após envio da OS
Período de vigência do contrato	12 meses
Período de vigência da licença	12 meses (Licença + Software Assurance)

Etapas	Período / Condição
Ativação Power BI Pro	Até 15 dias úteis após envio da OS
Período de vigência do contrato	36 meses
Período de vigência da licença	1 mês
Renovações mensais	Automáticas durante o período contratual

Local da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados remotamente, com eventual necessidade de acesso aos sistemas da PREVIC mediante agendamento prévio.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 6.4.1. Licenças de software conforme especificações técnicas;
- 6.4.2. Acesso a portais de suporte e atualização dos fabricantes;
- 6.4.3. Documentação técnica e manuais de utilização.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 6.5.1. Infraestrutura existente: Windows Server 2016/2022, Hyper-V, SQL Server 2022;
- 6.5.2. Cerca de 310 usuários ativos no Active Directory com previsão de crescimento para 340;
- 6.5.3. Cerca de 132 VMs em produção distribuídas em 1 clusters de servidores com 256 núcleos físicos;
- 6.5.4. Necessidade de publicação pública de painéis de BI conforme política de dados abertos, bem como realização de trabalhos de forma colaborativa.
- 6.5.5. Total de 8 usuários designados para utilização das licenças do software de business intelligence.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto, tratando-se de licenças de software comercial com documentação disponível.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Anexo IV - Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens (Doc. SEI nº 0855807).

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III (Doc. SEI nº 0855815 e 0855519).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1. Relatórios mensais de medição, quando aplicável.

Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na

- execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir a disponibilidade das licenças contratadas e o tempo de resposta a solicitações de suporte.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a 95%.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência. O fornecimento das licenças é executado na primeira OS do contrato. Cada licença entregue será apurada individualmente na avaliação desse indicador.
Periodicidade	Anual, a cada renovação do Software Asurance, ou quando necessário.
	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:</p>

Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;</p> <p>ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência. Refere-se a cada licença entregue dentro do período de referência estabelecido no TR.</p> <p>ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência. Refere-se a todas as licenças a serem entregues com base na OS.</p>
Observações	<p>Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IAP \geq 95%: sem descontos sobre o valor da fatura anual.</p> <p>IAP \geq 80% e $<$ 95%: 10% de desconto sobre o valor da fatura anual.</p> <p>IAP \geq 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura anual.</p> <p>IAP $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura anual.</p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de prestar suporte técnico nos prazos estabelecidos.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a etapa de recebimento das lincenças contratadas.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Para atendimento deste item, a equipe de gestão contratual deverá verificar se as licenças contratadas estão disponíveis no portal de licenciamento da Microsoft (<https://admin.microsoft.com/adminportal/home#/homepage>).

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2025.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

<i>Id</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Glosa / Sanção</i>
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 40 horas úteis.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.

2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Atraso na ativação das licenças	Multa de 1% do valor total por dia de atraso
4	Indisponibilidade não comunicada	Multa de 1% do valor anual, por ocorrência
5	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2 % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.1.1. A licitação será realizada por itens distintos, conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência, podendo cada licitante apresentar uma proposta para cada um dos itens.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (Art. 22, inciso II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94), uma vez que o preço das licenças é determinado por preço certo e total.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico

10.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.32.2. Fornecimento de licenças Microsoft: comprovação de pelo menos 1 (um) contrato de fornecimento de licenças Microsoft com valor mínimo correspondente a 50% do valor total desta licitação;

10.32.3. Experiência em suporte técnico: comprovação de estrutura técnica para prestação de suporte às licenças objeto desta contratação;

10.32.4. Comprovação que o licitante é parceiro autorizado a revender Softwares do fabricante Microsoft na categoria "Licensing Solution Provider" – LSP.

10.32.5. Comprovação que o licitante é autorizado a fornecer Softwares do fabricante Microsoft à instituições governamentais, categoria "Government Partner".

10.32.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.32.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.32.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.41.6.1. ata de fundação;

10.41.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.41.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.41.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.41.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.41.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.41.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Critérios de Aceitabilidade de Preços

10.42. O valor máximo aceitável para os itens é o previsto no Catálogo de Soluções de TIC, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>, em atendimento ao parágrafo único do Art. 27 e ao § 1º do Art. 40 da IN SGD/ME nº 94/2022.

Proposta Comercial para Licitação

10.43. A licitante deverá enviar proposta comercial no modelo disponível no Anexo I - Modelo de Proposta Comercial (Doc. SEI nº 0855810) e que irá disponibilizar as licenças conforme o prazo mencionado no Item 4.5. deste Termo de Referência.

10.44. A licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta comercial:

10.44.1. Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme disposto no art 5º da Lei nº 14.133, de 2021, e em atendimento ao item 1.7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022.

10.44.2. Comprovação que o licitante é parceiro autorizado a revender Softwares do fabricante Microsoft na categoria "Licensing Solution Provider" – LSP.

10.44.3. Comprovação que o licitante é autorizado a fornecer Softwares do fabricante Microsoft à instituições governamentais, categoria "Government Partner".

10.45. As empresas que não apresentarem as declarações acima serão desclassificadas do certame licitatório.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 155.874,88 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos nas tabelas contidas no item 1.1. deste TR.

11.2. Os valores unitários adotados na estimativa basearam-se no valores do novo "Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas" versão 6.0.0. Trata-se de catalogo publicado em 27/03/2026 mediante 9º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020 firmado entre o Governo Federal e a empresa Microsoft (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/microsoft>), que pode ser verificado no SEI (Documentos nº 0918475 e 0918495).

11.2.1. Foi enviado solicitação de cotação de preços para 9 (nove) empresas privadas, conforme documento SEI nº 0918497. Contudo, nenhuma empresa respondeu dentro do prazo ofertado. Desta forma, os valores considerados são os do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas" versão 6.0.0.

11.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 11.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 11.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: **333005/33206**
- II) Fonte de Recursos: **103**
- III) Programa de Trabalho: **09.122.032.000.0001**
- IV) Elemento de Despesa: **44.90.40.05** - Item 1 da contratação ((Licenciamento Perpétuo)
33.90.40.06 - Item 2 da contratação (Licenciamento por Subscrição)
- V) Plano interno: Não adotado pela PREVIC.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro:

ID	Evento	Data/Prazo	Responsável	Valor
1	Assinatura do contrato	Até 5 (cinco) dias uteis	CONTRATANTE e CONTRATADA	R\$ -
2	Emissão da Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens	Após evento (1) e conforme avaliação de oportunidade e conveniência da CGTI/PREVIC	Fiscal Requisitante e Gestor do Contrato	R\$ -
3	Entrega das licenças de software	Até 15 (quinze) dias corridos após o Evento (2)	CONTRATADA	R\$ -
4	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Até 10 (dez) dias corridos após o evento (3)	Equipe de Fiscalização	R\$ -
5	Avaliação dos serviços recebido pela equipe de	Até 5 (três) dias corridos após o evento (4)	Equipe de Fiscalização	R\$ -

	fiscalização			
6	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Até 5 (três) dias corridos após o evento (4)	Equipe de Fiscalização	R\$ -
7	Envio da documentação para pagamento	Até 3 (três) dias úteis após recebimento da Nota Fiscal da CONTRATADA	Equipe de Fiscalização	R\$ -
8	Pagamento	Até 10 (dez) dias úteis do evento (7)	Setor financeiro da PREVIC	Valor total relativo a 12 meses do contrato, conforme Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens.

<div>Integrante</div> <div>Requisitante</div> <div>ALAN CLIFF SOUZA SILVA</div> <div>Analista Administrativo - TI</div> <div>SIAPE: 3475638</div>	<div>Integrante</div> <div>Técnico</div> <div>ALEXANDRE CRUSCA POZZETTI</div> <div>Analista Administrativo - TI</div> <div>SIAPE: 2006113</div>	<div>Integrante</div> <div>Administrativo</div> <div>JOSE RIBAMAR SIMAO DA SILVA FILHO</div> <div>Analista Administrativo</div> <div>SIAPE: 1056175</div>
---	---	---

<div>Autoridade Máxima da Área de TIC</div>
<div>JAMES TAYLOR FARIA CHAVES</div> <div>Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil</div> <div>Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação</div> <div>SIAPE: 1454220</div>

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Aprovo,

<div>Autoridade Competente</div>

<Nome>

<Cargo>

<Matrícula>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALAN CLIFF SOUZA SILVA

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 12:25:31.

ALEXANDRE CRUSCA POZZETTI

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 14:05:19.

JOSE RIBAMAR SIMAO DA SILVA FILHO

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 15:55:24.

JAMES TAYLOR FARIA CHAVES

Autoridade máxima da Área de TIC

**JAMES
TAYLOR FARIA
CHAVES:85157
287615**

Assinado de forma
digital por JAMES
TAYLOR FARIA
CHAVES:85157287615
Dados: 2026.04.08
19:11:03 -03'00'

ANEXO V

(papel timbrado da empresa)

PROPOSTA COMERCIAL (INSERIR O OBJETO DA CONTRATAÇÃO)

PREGÃO ELETRÔNICO XXXX/20XX

PROCESSO Nº 44011.003593/2025-79

1. QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social:
CNPJ/MF:
Endereço Comercial:
Bairro:
Estado:
Telefone:
Endereço Eletrônico:
Site:

2. PREÇOS E CONDIÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	xxxxxxxxx	x		
2	xxxxxxxxx	x		
3	xxxxxxxxx	x		
4	xxxxxxxxx	x		
5	xxxxxxxxx	x		
6	xxxxxxxxx	x		

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.

Nos preços cotados, referentes aos serviços descritos no Termo de Referência nº XX/2020, estão incluídas todas as despesas, lucros, fretes, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Cidade, ____ de _____ de 20xx

Identificação do responsável

Referência: Processo nº 44011.003593/2025-79

SEI nº 0855808

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Ed. Venancio 3000 - SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 3º Andar - Brasília/DF

(61) 2021-2000

www.previc.gov.br



SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Processo nº

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, e em consonância com a Política de Segurança da Informação e Comunicações da PREVIC - POSIN, estabelecida pela Portaria nº 295, de 04 de abril de 2023, de um lado a área de Tecnologia da Informação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com sede em Brasília, no Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, 3º Andar, doravante denominada **CGTI/DIRAD/PREVIC**, de outro lado _____, documento de identificação _____, nº _____, órgão emissor ____/____, representante da Empresa _____, que terá acesso ao Ambiente de tecnologia da informação e de telecomunicações da PREVIC, doravante denominado simplesmente COMPROMISSADO, celebram o presente **TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO**, mediante as seguintes condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#), [Decreto nº 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019](#) e [Lei nº 13.709/2018 de 14 de agosto de 2018](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

- 2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:
- 2.1.1. **Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- 2.1.2. **Informação Sigilosa:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- 2.1.3. **Contrato Principal:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

- 3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou

não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

3.2. Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especificamente, a LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

3.3. A CONTRATADA declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela CONTRATANTE e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3.4. As Partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

3.5. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da CONTRATANTE, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

3.6. A CONTRATADA tratará os dados pessoais em nome da CONTRATANTE e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a CONTRATADA prontamente notificará a CONTRATANTE e aguardará novas instruções.

3.7. Se aplicável, a CONTRATADA se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela CONTRATANTE. A CONTRATADA se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

3.8. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE. A CONTRATADA não poderá, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO; e
- III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram

qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

5.2. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

5.3. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

5.4. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

5.5. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

5.6. Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

5.7. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.8. A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

5.9. A CONTRATADA, na forma disposta no item 5.2, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/21.

8. CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3. O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4. Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo

necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. A CONTRATANTE elege o foro de Brasília - DF , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO** é assinado eletronicamente pelas partes.

Brasília, DF, ____ de _____ de 20 ____.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

Referência: Processo nº 44011.003593/2025-79

SEI nº 0855811



SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 44011.003593/2025-79

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

(Processo Administrativo nº 44011.003593/2025-79)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI A SUPERINTENDÊNCIA
NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E

.....

A **SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC** intermédio da Coordenação-Geral de Patrimônio e Logística – CGPL/DIRAD, com sede no SCN - Setor Comercial Norte quadra 06, Bloco “A”, edifício Venâncio 3.000 – Shopping ID, CEP nº 70.716-900, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 07.290.290/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa [CONTRATADO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediada na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 44011.003593/2025-79 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de soluções de software para gerenciamento de servidores físicos e virtuais e ferramenta de Business Intelligence (BI), nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 44/2025.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC- TIC	QUANTIDADE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
I	1	System Center DC Core ALng LSA 16L	27464	Unidade	MS.6.0- A0619	16		
	2	Power BI Pro Sub Per User	27502	Anual	MS.6.0- A1506	3		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será:

2.1.1. Para o ITEM 1: de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.1.2. Para o ITEM 2: de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.1.2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Das indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5. O Contratante poderá ainda:

13.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.5.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

V) Plano Interno:

VI) Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO BRAGA GUEDES, Coordenador**, em 23/04/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.previc.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0923543** e o código CRC **CE0693A2**.



Superintendência Nacional de
Previdência Complementar

Processo nº 44011.003593/2025-79

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição.

IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº
Objeto
Contratante
Gestor do Contrato
Contratada
Preposto da Contratada

Matrícula
CNPJ
CPF

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

CIÊNCIA

CONTRATADA – Funcionários

Nome

Matrícula

[Se necessário, inserir novas linhas]

Local, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

Referência: Processo nº 44011.003593/2025-79

SEI nº 0855818

PREVIC - Protegendo o seu futuro e gerando confiança para o Brasil crescer mais

Ed. Venancio 3000 - SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 3º Andar - Brasília/DF

(61) 2021-2000

www.previc.gov.br

Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens - TI nº 7/2025/CGTI/DIRAD
Processo nº 44011.003593/2025-79

ORDEM DE SERVIÇO

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Ordem de Serviço/OFB Nº

Contrato Nº

Contratada

Data da Emissão

Área Requisitante do
Serviço

Usuário Solicitante

E-mail

Telefone

Solução de TI

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Id	Descrição do Produto ou Serviço	Métrica	Valor Unit. (R\$)	Quantidade /Volume	Valor Total (R\$)
1.					
...					
					TOTAL

3 – INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

4 – CRONOGRAMA

Item referente ao Produto/Serviço	Início Previsto	Fim Previsto	Prazo Máximo
-----------------------------------	-----------------	--------------	-----------------

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos

A serem gerados e/ou atualizados

6 - CIÊNCIA

CONTRATANTE

Área Requisitante

Nome: [Nome do Responsável pela área requisitante]

Matrícula:

Gestor do Contrato

Nome: [Nome do Responsável pela área requisitante]

Matrícula:

CONTRATADA

PREPOSTO

Nome: [Nome do Preposto]

CPF: [CPF do Preposto]

Local, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx, xx:xx horas

Referência: Processo nº 44011.003593/2025-79

SEI nº 0855797

PREVIC - Protegendo o seu futuro e gerando confiança para o Brasil crescer mais

Ed. Venancio 3000 - SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 3º Andar - Brasília/DF

(61) 2021-2000

www.previc.gov.br

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Processo nº 44011.003593/2025-79

1. IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:	
Período da Vigência:	
Nº da OS/OFB/NE:	
Objeto:	
Valor dos Bens/Serviços Recebidos:	
Contratante:	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Contratada:	
Data da Entrega:	
Data do Recebimento:	
Prazo Originalmente Estipulado:	

2. TERMOS

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento provisório, disposto no art. 33, inciso I, da Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022, emitida pela Secretaria de Governo Digital - SGD, que os serviços e/ou ou bens, integrantes da OS/OFB acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à adequação da Solução de Tecnologia da Informação e à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até **xx** dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do [Contrato / Termo de Referência / Projeto Básico] do Contrato acima identificado.

O presente documento segue assinado pelo Agente Fiscalizador do Contrato.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo nº 44011.003593/2025-79

1. IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:	
Período da Vigência:	
Nº da OS/OFB/NE:	
Objeto:	
Valor dos Bens/Serviços Recebidos:	
Contratante:	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Contratada:	
Data da Entrega:	
Data do Recebimento:	
Prazo Originalmente Estipulado:	

2. TERMOS

2.1. Por este instrumento, em caráter definitivo, atestamos que os serviços e/ou bens acima identificados foram devidamente entregues e atendem às exigências especificadas no Termo de Referência nº 34/2025 (SEI nº 0856100), com eficácia liberatória de todas as obrigações estabelecidas em contratado referente ao objeto acima mencionado, exceto as garantias legais Lei n.º 14.133, de 2021.

Observação: Havendo valor patrimonial ou complemento financeiro de bem patrimonial, o Agente Fiscalizador ou o Gestor do Contrato também deve encaminhar este documento à área de patrimônio.

O presente documento segue assinado pelo Agente Fiscalizador e pelo Gestor do Contrato.

Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.